

ENCONTRO DO G8

Países emergentes contra metas dos oito grandes

Fim dos subsídios à agricultura exigido pelos cinco emergentes

Susana Domingos
sdomingos@mediafin.pt

O terceiro e último dia do encontro anual de líderes dos EUA, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão e Rússia, que decorreu até ontem em solo nipónico ficou marcado pelo confronto de posições entre o G8 e o G5.

O acordo anunciado na véspera pelas oito economias mais industrializadas do mundo (G8) – para a redução em 50% das emissões de carbono até 2050 – chocou com o “não” a metas numéricas por parte dos responsáveis das cinco economias emergentes convidadas (G5) –

China, Índia, Brasil, África do Sul e México. E o empenho do G8 em levar a bom porto, até ao final deste ano, as negociações que decorrem há mais de seis anos sem sucesso ao nível da Organização Mundial de Comércio, teve como resposta o reforço das exigências dos emergentes sobre a necessidade dos países industrializados acabarem com a concessão de subsídios à agricultura.

A China e a Índia lideraram as objecções do G5 às metas definidas pelo G8, afirmando que a redução da utilização dos combustíveis fósseis, como é o caso do petróleo, teria como consequência o abrandamento do crescimento económico.



França e Brasil | O hesitante aperto de mão entre Sarkozy e Lula espelha a falta de consenso no Japão.

As economias de mais rápido crescimento do globo não são insensíveis à necessidade de combate às alterações climáticas e à urgência de reduzir os preços do petróleo e dos bens alimentares, mas não admitem que a velocidade de desenvolvimento dos seus países seja posta em causa pelos objectivos traçados pelo G8.

O primeiro-ministro indiano, Manmohan Singh, afirmou em comunicado que “a principal prioridade de todos os países em desenvolvimento é a erradicação da pobreza”. Para consegui-lo, “o crescimento económico acelerado e sustentável é crítico” e “não podemos neste

momento equacionar sequer a existência de restrições quantitativas às nossas emissões” de gases para a atmosfera, acrescentou o responsável.

Se no campo das alterações climáticas não foi possível obter um consenso, ao nível da liberalização do comércio internacional, as posições dos dois blocos económicos (ricos e em desenvolvimento) também se mantiveram irredutíveis. As economias emergentes acusam os especuladores dos países industrializados da alta dos combustíveis e dos alimentos. E afirmam que os subsídios agrícolas cedidos nos países ricos são uma das principais fontes de distorção no comércio internacional.

Os líderes do G8 chegaram no início da semana a Toyako, no norte do Japão, com uma agenda ambiciosa e com o objectivo de exigir respostas imediatas e assertivas à multiplicidade de desafios: crise económica e financeira, crise energética e alimentar, bem como combate às alterações climáticas. Ontem, saíram da ilha nipónica de Hokkaido com posições vagas sobre cada um dos temas. A perda de peso do G8 na actual conjuntura mundial e os interesses divergentes de cada um dos países, poderão explicar a ausência de medidas mais concretas e concertadas.

PARLAMENTO EUROPEU

Capoulas Santos propõe uma PAC menos liberal

Filipe Paiva Cardoso
filipecardoso@mediafin.pt

Luís Capoulas Santos, relator eleito pelo Parlamento Europeu para a proposta de revisão da Política Agrícola Comum (PAC), apresentou ontem as correcções que irá tentar incluir na proposta de reforma preparada pela Comissão Europeia. O desejo do antigo ministro português passa por ter uma PAC “menos liberal”, “socialmente mais abrangente” e “mais apta a responder” a problemas ambientais.

O estabelecimento de um tecto máximo – de 500 mil euros – nas ajudas atribuídas a agricultores por Bruxelas, assim como a não imposição de um tecto mínimo para concorrer às ajudas – menos de 1 hectare ou 250 euros – são duas das principais propostas de Capoulas Santos, que ainda defende um reforço da autonomia de cada Estado-Membro face às ajudas que recebe. Para atingir esta autonomia, o eurodeputado sugere a possibilidade de cada país reter até mais 5% dos seus apoios para o financiamento de crises nacionais, um montante que poderá posteriormente ser adjudicado a outras medidas, sem obrigar a co-financiamento nacional.

O fim das restituições à exportação de cereais, o aumento das quo-

ALGUMAS IDEIAS

- **Inclusão da “segurança no trabalho” e “Emprego” para decidir entrega de ajudas;**
- **Isenção da modulação a quem recebe menos de €5 mil;**
- **Ajuda máxima de €500 mil;**
- **“Chumbo” do mínimo de 1 hectare para acesso a ajudas;**
- **Fim das restituições à exportação de cereais;**
- **Aumentar ajuda à primeira instalação de jovens;**
- **Obrigar países a usar verbas em promoção do ambiente;**
- **Manter quotas no leite.**

tas leiteiras em 1% nas duas próximas campanhas e uma decisão final sobre estas apenas em 2010 – e não decidir já pelo fim das quotas – assim como a elevação para 75 mil euros do montante para a primeira instalação de jovens agricultores são outras das sugestões.

Capoulas Santos vai agora negociar as suas ideias com os grupos parlamentares, por forma a conseguir que a “nova” PAC seja aprovada pelo PE em Outubro. “Negociarei até onde conseguir manter a coerência com o que defendo” apontou o responsável ao JdN em Maio.

350 milhões de fundos desperdiçados

O eurodeputado José Ribeiro e Castro tornou ontem pública uma carta da comissão europeia da agricultura, Mariann Boel, onde esta reconhece que de 2000 a 2006 “não foram utilizados, tendo, em consequência, sido perdidos por Portugal” 350 milhões de euros. Segundo a missiva, só “nos Programas de Desenvolvimento Rural” Portugal tinha ao dispor 1,53 mil milhões de euros, mas “na realidade, utilizou 1,25 milhões de euros, o que significa que não foram utilizados 282,2 milhões”. A este montante juntam-se mais 70 milhões de outros programas.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO
E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL
INSTITUTO DO EMPREGO
E FORMAÇÃO PROFISSIONAL - IP**

ANÚNCIO

CONCURSO PÚBLICO NACIONAL N.º 20082100455

1. O IEFP, Av. José Malhoa, 11, 1099-018 Lisboa, Tel.: 21 861 41 00, Fax: 21 722 70 06, através da Direcção de Serviços Administrativos, vai levar a efeito a aquisição de serviços impressão gráfica de 4 números da revista Dirigir e 4 números da revista Formar, por Concurso Público Nacional, nos termos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.
2. Levantamento e consulta da documentação – O programa de concurso, caderno de encargos e documentos complementares podem ser obtidos na Secretaria-Geral do IEFP, Av. José Malhoa, 11 – 1.º piso, 1099-018 Lisboa, dentro do horário de expediente pelo preço de €50,00 mediante pagamento por cheque à ordem do Instituto do Emprego e Formação Profissional.
3. As candidaturas devem ser entregues em mão ou enviadas sob registo e com aviso de recepção até às 17 horas do dia **22/08/2008**, na secretaria do IEFP, sita na Av. José Malhoa, n.º 11 – 1.º, Lisboa.
4. Data, hora e local de abertura – O acto público do concurso terá lugar pelas 10 horas do dia **25/08/2008**, nos Serviços Centrais do IEFP, sito na Av. José Malhoa, n.º 11 – piso 0 em Lisboa.
5. Critérios de Adjudicação – O critério definido para este concurso é “unicamente o preço mais baixo”.
6. Prazo de validade das propostas – O prazo de validade das propostas não pode ser inferior a 60 dias, a contar da data do acto de abertura.
7. Data de envio do anúncio para publicação no Diário da República: **08/07/2008**.

A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros
Sandra Alves